

COMITÊ FISCAL

PAUTA DE ASSUNTOS – JANEIRO 2023

ICMS	2
LEGISLAÇÃO	2
ISS	3
JURISPRUDÊNCIA.....	3
IR E CSLL	4
LEGISLAÇÃO	4
JURISPRUDÊNCIA.....	4
PIS E COFINS	6
LEGISLAÇÃO	6
JURISPRUDÊNCIA.....	6
DIVERSOS	9
LEGISLAÇÃO	9
JURISPRUDÊNCIA.....	9

ICMS

LEGISLAÇÃO

1. MG - ADICIONAL DE ALÍQUOTA - FUNDO DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA (FEM) - APLICAÇÃO - TÉRMINO DE PRAZO
 - **Comunicado SUTRI 1, de 02 de janeiro de 2023 (DOE-MG 03.01.23)**
2. PE – CONTRIBUIÇÃO AO FUNDO ESTADUAL DE EQUILÍBRIO FISCAL (FEEF) - PRAZO DE VIGÊNCIA – PRORROGAÇÃO – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NA LEI Nº 15.865/2016
 - **Lei nº 18.141, de 24 de janeiro de 2023 (DOE-PE 25.01.23)**
3. RS - AJUSTE DO IMPOSTO RETIDO POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA NAS HIPÓTESES IDENTIFICADAS - INÍCIO DA OBRIGATORIEDADE - POSTERGAÇÃO - ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO RICMS/RS
 - **Decreto nº 56.866, de 25 de janeiro de 2023 (DOE-RS 26.01.23)**
4. SP - BENEFÍCIOS FISCAIS E REMISSÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS EM DESACORDO COM O ART. 155, § 2º, XII, “G”, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - AFASTAMENTO DE SANÇÕES - EXTENSÃO AO SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO - NÃO RATIFICAÇÃO DO CONVÊNIO ICMS Nº 200/2022
 - **Decreto nº 67.431, de 30 de dezembro de 2022 (DOE-SP 30.12.22)**

ISS

JURISPRUDÊNCIA

1. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS UTILIZADOS NA PRESTAÇÃO – IMPOSSIBILIDADE DE INCIDÊNCIA SOBRE OS BENS LOCADOS
 - **Precedente da Justiça Estadual de São Paulo**

IR E CSLL

LEGISLAÇÃO

1. PERSE – LISTA DE CNAE’S ABRANGIDOS

- **Portaria ME nº 11.266, de 29 de dezembro de 2022 (DOU 02.01.23)**

JURISPRUDÊNCIA

2. DESPESAS COM PROCESSOS TRABALHISTAS E CÍVEIS – DEDUTIBILIDADE QUANDO A DECISÃO SE TORNAR LÍQUIDA E CERTA, INDEPENDENTEMENTE DE PAGAMENTO OU CONVERSÃO DE DEPÓSITO EM RENDA

- **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**

3. JCP – PERÍODOS ANTERIORES – POSSIBILIDADE DE DEDUÇÃO

- **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**

4. ÁGIO – AQUISIÇÃO COM RECURSOS CAPITALIZADOS POR CONTROLADORA ESTRANGEIRA – IMPOSSIBILIDADE DE CONSIDERAR A EMPRESA ESTRANGEIRA COMO REAL ADQUIRENTE

- **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**

5. IRRF – *STOCK OPTIONS* – NATUREZA REMUNERATÓRIA – SUFICIÊNCIA DO EXERCÍCIO DO DIREITO DE OPÇÃO COM A AQUISIÇÃO DAS AÇÕES PARA CARACTERIZAÇÃO DO BENEFÍCIO – BASE DE CÁLCULO DO IMPOSTO CORRESPONDENTE À DIFERENÇA DO VALOR DE MERCADO E VALOR DO PREÇO PAGO

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

6. DISTRIBUIÇÃO DESPROPORCIONAL DE LUCROS – POSSIBILIDADE

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

7. DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS – EXISTÊNCIA APENAS DE DÉBITOS COM EXIGIBILIDADE SUSPensa – POSSIBILIDADE

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

8. IRRF – DIRETOR OU REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA – NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DA DIRF E DARF DE PAGAMENTO PARA APROVEITAMENTO DO IMPOSTO RETIDO

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

9. VENDAS EM PROGRAMAS DE FIDELIDADE – ENTREGA DE MERCADORIA EM DECORRÊNCIA DE RESGATE DE PONTOS – INEXISTÊNCIA DE RECONHECIMENTO DE RECEITA BRUTA

- **Solução de Consulta nº 15, de 09 de janeiro de 2023 (DOU 11.01.23)**

10. LUCRO PRESUMIDO – JUROS DE MORA EM CUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL – NATUREZA DE LUCROS CESSANTES – INTEGRAÇÃO À BASE DE CÁLCULO

- **Solução de Consulta nº 3.023, de 27 de dezembro de 2023 (DOU 11.01.23)**

PIS E COFINS

LEGISLAÇÃO

1. OPERAÇÕES COM ÓLEO DIESEL, BIODIESEL, GÁS, ÁLCOOL, QUEROSENE E GASOLINA – ALÍQUOTA ZERO
 - **Medida Provisória nº 1.157, de 1º de janeiro de 2023 (DOU 02.01.23)**
2. CRÉDITOS DA NÃO-CUMULATIVIDADE – EXCLUSÃO DO ICMS DA BASE
 - **Medida Provisória nº 1.159, de 12 de janeiro de 2023 (DOU 12.01.23)**

JURISPRUDÊNCIA

3. RECEITAS FINANCEIRAS – MAJORAÇÃO DAS ALÍQUOTAS PELO DECRETO Nº 11.374/23 – NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE NONAGESIMAL
 - **Precedente da Justiça Federal de Porto Alegre e de São Paulo**
4. FRETE DE PRODUTOS ACABADOS ENTRE ESTABELECIMENTOS, INCLUSIVE PARA FORMAÇÃO DE LOTE DE EXPORTAÇÃO – POSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
5. FRETE DE PRODUTOS ACABADOS ENTRE ESTABELECIMENTOS – IMPOSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
6. SERVIÇOS DE CONSULTORIA RELACIONADOS À ATIVIDADE PRODUTIVA – DESPESAS COM TRANSPORTE DE EMPREGADOS À ÁREA DE DIFÍCIL ACESSO – DIREITO AO CRÉDITO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
7. CRÉDITO EXTEMPORÂNEO – DESNECESSIDADE DE RETIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
8. DESPESAS COM EMBALAGENS PARA TRANSPORTE E GÁS PARA EMPILHADEIRA – POSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
9. FRETE NA AQUISIÇÃO DE INSUMOS NÃO TRIBUTADOS – POSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
- 10.** DESPESAS POSTERIORES AO PROCESSO PRODUTIVO – NÃO CARACTERIZAÇÃO DA ESSENCIALIDADE – IMPOSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS
- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
- 11.** PRODUTOS SUJEITOS AO REGIME MONOFÁSICO – DESPESAS COM FRETE E ARMAZENAGEM NA VENDA – POSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS – ATIVIDADE COMERCIAL/VAREJISTA – IMPOSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS
- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
- 12.** ROYALTIES PAGOS A CONTROLADORA INDIRETA NO EXTERIOR – DEDUTIBILIDADE
- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
- 13.** DESPESAS COM TRATAMENTO DE ÁGUA, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE LABORATÓRIO, ÓLEO DIESEL (CARTÃO REPOM) E FRETES INTERNOS – POSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS
- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
- 14.** FRETE ENTRE ESTABELECIMENTOS – EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA E UNIFORMES EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA – POSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS
- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
- 15.** PEDIDO DE RESSARCIMENTO – APLICAÇÃO DO PRAZO DE CINCO ANOS DO DECRETO Nº 20.910/32 – INÍCIO DA CONTAGEM DO PRAZO A PARTIR DO PRIMEIRO DIA DO MÊS SUBSEQUENTE AO DA APURAÇÃO
- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
- 16.** CRÉDITO PRESUMIDO DE ICMS – NÃO INCIDÊNCIA
- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
- 17.** DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – ENCARGO DE USO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO (EUST) E ENCARGOS DE SERVIÇOS E SISTEMAS (ESS) – POSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS
- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
- 18.** INCORPORAÇÃO DE AÇÕES – INEXISTÊNCIA DE GANHO DE CAPITAL
- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
- 19.** DESPESAS COM CORRETAGEM – NÃO CARACTERIZAÇÃO DE INSUMO – IMPOSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS
- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

20. AQUISIÇÕES DE PESSOAS JURÍDICAS CONSIDERADAS “NOTEIRAS” – IMPOSSIBILIDADE DE APROVEITAMENTO DE CRÉDITOS

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

21. FRETE E ARMAZENAGEM VINCULADOS À EXPORTAÇÃO – IMPOSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

22. REGIME CUMULATIVO – VENDAS CANCELADAS POR DEVOLUÇÃO DE MERCADORIAS – POSSIBILIDADE DE DEDUÇÃO EM PERÍODOS SUBSEQUENTES – VEDAÇÃO À REPETIÇÃO DE INDÉBITO

- **Solução de Consulta nº 4002, de 06 de janeiro de 2023 (DOU 09.01.23)**

DIVERSOS

LEGISLAÇÃO

1. RETOMADA DO VOTO DE QUALIDADE FAVORÁVEL AO FISCO – DENÚNCIA ESPONTÂNEA EXTRAORDINÁRIA
 - **Medida Provisória nº 1.160/2023**
2. PROGRAMA LITÍGIO ZERO - INSTITUIÇÃO
 - **Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1/2023**

JURISPRUDÊNCIA

3. ITR – ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – FALTA DE APRESENTAÇÃO DO ADA – COMPROVAÇÃO POR OUTROS MEIOS – POSSIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
4. COMPENSAÇÃO – DENÚNCIA ESPONTÂNEA – IMPOSSIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
5. AUTO DE INFRAÇÃO – ERRO NA BASE DE CÁLCULO – NULIDADE – IMPOSSIBILIDADE DE MERO CÁLCULO ARITMÉTICO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
6. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – VALE ALIMENTAÇÃO PAGO EM PECÚNIA – “BÔNUS DE MÉRITO OU “ABONO SALARIAL” - INCIDÊNCIA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
7. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – VALE ALIMENTAÇÃO *IN NATURA* – NÃO INCIDÊNCIA – DESNECESSIDADE DE INSCRIÇÃO NO PAT
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
8. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA EMPRESA INCORPORADA – RESPONSABILIZAÇÃO DA INCORPORADORA – POSSIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
9. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – PLR – FORMALIZAÇÃO DO ACORDO DURANTE O PERÍODO DE AQUISIÇÃO DO DIREITO – NÃO INCIDÊNCIA
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**

10. SALÁRIO EDUCAÇÃO – PRODUTOR RURAL PESSOA FÍSICA – ILEGITIMIDADE DA EXIGÊNCIA

- **Precedente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região**

11. CONTRIBUIÇÃO AO SENAR – PRODUTORA RURAL PESSOA FÍSICA - INCIDÊNCIA

- **Precedente do Supremo Tribunal Federal**

12. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – AUXÍLIO FORMAÇÃO SUPERIOR – NÃO INCIDÊNCIA DESDE QUE ESTENDIDO A TODOS OS EMPREGADOS

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

13. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – REMUNERAÇÃO PAGA À GESTANTE DURANTE O TELETRABALHO EM RAZÃO DA PANDEMIA – LEI Nº 14.151/2021 – INEXISTÊNCIA DE SIMILARIDADE A BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO – INCLUSÃO NA BASE DE CÁLCULO

- **Solução de Consulta nº 11, de 06 de janeiro de 2023 (DOU 17.01.23)**